

GOVERNO DO Estado do Ceará

Secretoria dos Recursos Hídricos
COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE EXECUÇÃO DE OBRAS № 007/2018

PORTARIA Nº 068/2018

O SECRETÁRIO ADJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art.12 da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o regime, a quantidade e qualidade dos recursos hídricos no âmbito do Estado do Ceará, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 8387932/2017 outorga a EXECUÇÃO DE OBRAS E/OU SERVIÇOS DE INTERFERÊNCIA HÍDRICA, a CÍCERO BEZERRA DE SOUZA CPF/CNPJ 468.906.453-91, nos seguintes termos:

	I – CARACTERIZAÇÃ	O DA OBRA	
1 – Natureza da obra: construção de um l	poço tubular profundo		
2 – Município: Jucás	Distrito: Jucás	Localidade: Sítio Oitis/Trangola	
3 - Bacia: Alto Jaguaribe		Sub-bacia:	
4 - Coordenadas: UTM: 9277903N UTM	: 428790E		
5 – Aqüífero: fissural		¥	
6 – Nível estático (previsto): 35,00m 💝	Nív	al dinâmico (prev.): 63,00m %	
7 – Vazão de produção(prev.): 3,001/s	Geo	logia: cristalino	
8 – Profundidade do poço (prev): 100,00	m Diâ	Diâmetro: 6"	
9 – Tipo de revestimento: PVC geomecãni	СО		
	II - ASPECTOS L	EGAIS	
1 – Período da validade da outorga de ol	bra - <u>02 anos</u> - (17 d	e janeiro de 2018 a 17 de janeiro de 2020)	
2 - Objetivo da obra: usos múltiplos			

III – ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA DE EXECUÇÃO DE OBRAS 1 – A outorga de direito de uso da água deverá ser solicitada junto à SRH com a apresentação da outorga de execução de

obras e/ou serviços de interferência hídrica determinada no art. 12 da Lei 14.844/10. 2 – Em caso de construção de poços tubulares profundos, com prioridade ao abastecimento humano ou insumo de processo

produtivo, cabe ao interessado após a conclusão da obra informar as análises físico-químicas e/ou bacteriológicas.

3 - O outorgado tem prazo de 06 (seis) meses, para instalar instrumento de medição de vazão e tubo guia, no respectivo ροςο.

4 - O interessado que cometer quaisquer das infrações previstas na Lei 14.844/10, ficará sujeito as penalidades enumeradas nos arts. 60 e 61.

5 – O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

5 - Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou outorgas de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal e entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.E..

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 17 de janeiro de 2018.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos